



Onde está a Educação de Jovens e Adultos na BNCC?

Where is BNCC Youth and Adult Education?

Marilei Schackow Moraes¹
Silmara dos Santos da Cunha²
Jane Mery Richter Voigt³

Resumo: O presente artigo apresenta uma problematização sobre “Onde está a educação de Jovens e adultos na BNCC?”, buscando compreender a lacuna trazida por esta base curricular nacional no que se refere ao currículo da Educação de Jovens e Adultos - EJA. O Objetivo deste artigo é refletir sobre a EJA no contexto da Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Logo, faremos uma análise histórica sobre documentos que apresentam diretrizes curriculares e como estes norteiam as ações voltadas para a EJA. Esta é uma pesquisa documental de abordagem qualitativa e foi realizada por meio de análise de conteúdo a partir dos documentos relacionados à BNCC do período de 2017 a 2019. Importante mencionar que a análise dos dados foi realizada com base no referencial teórico dos estudos curriculares, da Educação de Jovens e Adultos e também das políticas educacionais. No que se refere à BNCC, as análises indicaram que os documentos curriculares nacionais foram elaborados sem propósitos que contemplem a prática educativada EJA. Isso indica que essa modalidade de ensino ainda carece atenção e respeito em relação às suas singularidades ao ser tratada da mesma forma que o ensino regular.

Palavras-chave: Base Nacional Curricular Comum. Educação de Jovens e Adultos. Políticas Educativas. Currículo.

Abstract: This article presents a problematization about “Where is the education of Youth and Adults in the BNCC?”, Seeking to understand the gap brought by this national curriculum regarding the curriculum of Youth and Adult Education - EJA. The objective of this article is to reflect on the EJA in the context of the Common National Curriculum Base - BNCC. Therefore, we will make a historical analysis about documents that present curricular guidelines and how they guide the actions directed towards the EJA. This is a documentary

¹Mestranda em Educação na Universidade da Região de Joinville- UNIVILLE, professora na rede Municipal de Joinville, e-mail: marilei.mswm@gmail.com

²Mestranda em Educação na Universidade da Região de Joinville- UNIVILLE, professora na rede Municipal de Joinville, e-mail: silmarasc1@gmail.com

³Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville-UNIVILLE, e-mail: jane.mery@univille.br



research with a qualitative approach and was performed through content analysis from the documents related to the BNCC from 2017 to 2019. It is important to mention that the data analysis was performed based on the theoretical framework of curriculum studies, the Youth and Adult Education as well as educational policies. Regarding the BNCC, the analyzes indicated that the national curriculum documents were prepared without any purpose that contemplate the educational practice of the YAE. This indicates that this type of teaching still needs attention and respect in relation to its singularities when treated in the same way as regular education.

Keywords: Common National Curriculum Base. Youth and Adult Education. Educational Policies. Curriculum.

1. Introdução

O propósito de estudar o tema: “Onde está a educação de Jovens e adultos na BNCC?”, adveio devido a algumas inquietações que provocaram incertezas sobre o desenvolvimento das práticas educativas da educação de jovens e adultos no contexto brasileiro, por percebermos a falta de garantias à respeito das particularidades da EJA que atualmente tem seus princípios baseados em tempos e espaços diferentes e singularizados. Neste contexto, debruçamo-nos em busca de respostas à questão: Quais as características do currículo da educação básica nacional no que tange à educação de jovens e adultos no contexto da BNCC?

Nosso interesse nos diversos atores do campo educacional brasileiro é compreender o currículo contido na BNCC para a modalidade EJA no cenário brasileiro. Portanto, o objetivo deste artigo é refletir sobre a EJA no contexto da Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Para isso faremos uma análise histórica sobre documentos que apresentam diretrizes curriculares e como estes norteiam as ações voltadas para a EJA.

Iniciamos falando do cenário econômico que, em decorrência da globalização, trouxe paulatinamente algumas mudanças nas políticas curriculares e conseqüentemente no currículo escolar comum. Nos diversos cenários nacionais de todo o mundo, segundo Stephen J. Ball (2013): “[...]... há um conjunto de ‘movimentos’ experimentais e evolucionários gerais e altamente significativos em



curso que envolve a modernização de serviços públicos, aparatos estaduais, arquitetura institucional global do Estado e suas escalas de operação.” (BALL, 2013, p.01).

Trazemos alguns conceitos que nos fazem refletir sobre a perspectiva do ensino mediante as ações críticas e transformadoras de Paulo Freire (1996, p. 47) que destaca que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Ao ocupar-nos com a Educação básica, especialmente na EJA, nenhuma pesquisa científica desta dimensão que pudesse refletir práticas macro como a questão da Base Nacional Curricular Comum, nesta perspectiva percebemos que as macropolíticas afetarão diretamente a todos, principalmente as minorias. Havendo necessidade de revisitar conceitos importantes para dar prosseguimento ao artigo como a palavra currículo a qual pode ser compreendida segundo Moreira e Tadeu (2011 p.13-14):

O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é elemento transcendente e atemporal - ele tem uma história, vinculada às formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

O repensar sobre essas práticas considerando que o público alvo da EJA, que em sua maioria se constitui de adolescentes e sua relação familiar e escolar, dos seus desafios e objetivos referente às mudanças que estão sendo impostas no Brasil e de como essa realidade pode estar se consolidando no País, relativas à quantidade de disciplinas necessárias para a qualidade de formação na EJA do ensino básico.

[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora de ideologia dominante(FREIRE, 1996, p.96).



Neste contexto, os projetos curriculares deveriam viabilizar a integração social, o respeito ao próximo, e facilitar trabalhos coletivos. Conforme Morgado (2003) podemos afirmar “os projectos curriculares são projectos de ação, que exigem aos professores a reflexão, a negociação, a parceria, a liderança e a atitude investigativa” (MORGADO, 2003, p.338).

O currículo e os aspectos subjetivos dos alunos que fazem parte da EJA nos mobiliza em busca de mudanças, que podem iniciar em todos nós e currículo não faz parte apenas de uma burocracia, mas de variados registros: material, humano, social, nos modos de funcionamentos e evoluções, é baseado em critérios nada reducionistas, antes são complexos e necessários. Para melhor compreender o currículo da EJA acreditamos como Barcelos (2012, p. 25) que o currículo “acolha e defenda as diversidades culturais a partir de parâmetros previamente estabelecidos”, tal forma de proceder implica repensar as estruturas organizacionais da educação que acabam reproduzindo uma prática técnica e instrumental.

Para Sacristán (1998, p.75) o currículo “[...] tem um contexto de realização e *um contexto de formulação* – é nesse contexto que o currículo adquire sentido e mostra mais diretamente sua operatividade”. E dessa maneira, podemos avaliar a importância de pensarmos na situação que provoca a ausência de políticas adequadas a um público como os alunos da EJA, por fazerem parte de alunos que em sua maioria não acompanharam o currículo da grade regular de ensino.

Para discutir essas questões, o texto foi organizado de modo a apresentar a metodologia de pesquisa, um referencial teórico sobre as políticas curriculares e EJA, para em seguida apresentar as discussões e reflexões sobre a análise dos documentos.

2. Metodologia

Esta pesquisa é um estudo de abordagem qualitativa, que segundo André (2013, p. 97):



se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados. Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores. Se a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações.

Com o objetivo de investigar sobre a EJA no contexto da Base Nacional Curricular Comum – BNCC, foi utilizada a análise de conteúdo a partir dos dados da BNCC do período de 2017 a 2019, de modo a permitir observar alguns aspectos das pesquisas relacionadas a esse tema. De acordo com esta metodologia, o tema é estudado conforme o assunto abordado na leitura do objeto BNCC para procurar dados, conteúdo das mensagens elaboradas em sua criação, algo que determine ou trace alguma alternativa viável e diferente da modalidade do ensino regular. No Quadro 1 são apresentados os documentos analisados na pesquisa.

Quadro 1 - Publicações da BNCC entre 2017 e 2019

Ano de publicação	Documento
2017	BNCC 1ª versão – aprovada em 2017
2018	BNCC 2ª versão – aprovada em 2018
2019	BNCC 3ª versão – aprovada e implementada em 2019

Fonte: Autoras, 2019.

As informações foram lidas na íntegra foram elencadas três categorias: história da BNCC e Currículos no Brasil; A BNCC e a ausência de um currículo para a EJA; repensando em alternativas que possam contribuir com a atualidade da EJA. Seguem as descrições das três categorias de análise.

3. Alguns aspectos históricos da BNCC no Brasil



Desde 1980, o país inicia um processo de reformas políticas, e na década de 90, o Brasil passa a adotar uma série de reformas neoliberais resultantes do ingresso no mundo globalizado. Os Estados até então ainda atendiam modelos tecnicistas decorrente do pós-guerra e revolução industrial das décadas de 1950, 1960 e 1970 para suprir as demandas industriais e empresariais.

Passado esse período histórico podemos dizer que com a flexibilização, a racionalização e a abertura do mercado internacional iniciam-se um período em que a formação oferecida nas escolas já não era suficiente. O impasse agora seria atender um mercado mais exigente e com características próprias da economia da política neoliberal, onde a competitividade e o capital determinam o que o homem deve estudar para atender o novo mercado seguindo orientações de países ditos mais desenvolvidos da esfera internacional (OLIVEIRA, 2000).

Neste novo cenário as políticas públicas da educação vão atendendo os países aliados para corresponder aos requisitos por eles impostos, inicia-se a aplicação dos PCN' s - Parâmetros Curriculares Nacionais e as DCE – Diretrizes Curriculares da Educação para determinar o que estudar, o fazer educativo, as práticas docentes locais, e de forma bem diversificada respeitando as peculiaridades do seu próprio território. Vale destacar que as políticas sociais não interessam ao mercado neoliberal, por isso o Estado Neoliberal é mínimo no provimento de políticas sociais, sendo um Estado máximo no que diz respeito à riqueza e controle.

A nova BNCC – Base Nacional Curricular Comum, aprovada em fevereiro de 2019, com o discurso de diminuir a desigualdade social, dispendo de ensino gratuito e igual para todos. Escondendo até chegar aqui outras formas de pressão do mercado neoliberal, como de que empresas privadas adquirirem lucros com o serviço público, e trata em desmedidamente ocultar, que as arestas da boa educação não é a má formação é antes de tudo, falta aplicação nos recursos para educação e valorização dos professores.

Os currículos nacionais já são realidade em outros países. Essa realidade é também parte do projeto global e tudo que aconteceu a princípio na França, Canadá



e Inglaterra está, atualmente, tomando conta da América Latina, especialmente do Brasil.

Aliados aos discursos de que no serviço público não há bons profissionais, há motivos para se reinventar a educação por meio de provas anuais e destacar os índices de educação como *ranking* de exibí-la para a sociedade como sendo de baixa qualidade. E a solução da iniciativa privada aliada ao poder neoliberal exerce o papel de detentor de saber e propõe a “venda/comércio” de materiais pedagógicos e formação docente.

O mercado se preocupa em gerar lucros altíssimos para empresas privadas de diversos setores como: serviços, indústrias (dos segmentos de papel, celulose, gráficas) confeccionando materiais de apoio: prova Brasil, livros, apostilas, *softwares*, programas tecnológicos, tecnologia e recursos tecnológicos, parecendo ser o propósito como bem intencionado em igualar educação para melhorar qualidade, bem como, oferecendo formação continuada aos profissionais da educação.

A dimensão do currículo na educação nos aspectos de conceitos compreende a BNCC servindo como:

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2017, p.8).

Com essa perspectiva, seus percussores defendem que poderão fortalecer a colaboração para a formulação de políticas educacionais e de qualidade de ensino comum a todos os estudantes, esse acesso como necessário aos sistemas, redes e escolas para todos os estudantes.

A linguagem no documento da BNCC do ensino fundamental garante que por meio das competências nos campos pedagógicos e do direito ao longo da educação



básica que sua proposta reconhece que “os valores na educação” deve afirmar valores e contribuir para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, justa e, voltada para a preservação da natureza.

4. A BNCC e a ausência de um currículo para a EJA

Pensar em Educação de Jovens e Adultos nos tempos atuais nos remete a considerar os caminhos que esses jovens e adultos percorrem para alcançar o tão almejado conhecimento que, por motivos diversos, não conseguiram completar na infância. Neste contexto, podemos dizer que na educação básica muitas crianças e jovens não apresentam um rendimento significativo devido a fatores econômicos e sociais, causando, dessa forma, a evasão desse sujeito que, devido as exigências do mercado de trabalho, retorna aos estudos na fase adulta.

Considerando esse jovem ou adulto que chega aos bancos escolares, cabe pensar em novas práticas curriculares que cativem esses sujeitos para permanecer nas instituições e concluir seus estudos. Para tanto, o currículo terá que contemplar formas que auxiliem o sujeito a “se emancipar da instabilidade a que a sociedade os condena” (ARROYO, 2007, p.10). Logo, as práticas curriculares dos professores terão que buscar alternativas que remeta esse sujeito a uma visão crítica da sociedade.

Neste viés, Moreira e Silva (2011, p.36) ressaltam que:

[...] o currículo não é um veículo de algo a ser transmitido e passivamente absorvido, mas o terreno em que ativamente se criará e produzirá cultura. O currículo é, assim, um terreno de produção e política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão.

O currículo, neste sentido, traz a dimensão política-cultural, mas terá que ter como prioridade a garantia dos direitos dos jovens e adultos que vivenciam esse processo. Ao significar o currículo como uma prática constituída de cultura “não há de se negar a estrita relação entre as práticas escolares e a(s) cultura(s)” (MOREIRA; CANDAU, 2006, p. 159).



Tendo em vista que na EJA há uma miscigenação cultural, o currículo terá que articular saberes dos diferentes sujeitos, zelando pela ideia de muitas realidades que precisam ser conhecidas em sala de aula com o cuidado de não reforçar as desigualdades presente na sociedade.

Contudo, ao considerar a EJA devemos focar nossos olhares nos processos de aprendizagens nas quais os sujeitos desenvolvem suas capacidades e reorganizam seus conhecimentos com o intuito de significá-los. Para tanto, as práticas curriculares deverão priorizar os conhecimentos que remetam os sujeitos a acreditar no seu potencial de aprendizagem.

Machado (2009) nos diz que as políticas públicas defendidas pelos fóruns de EJA objetivam uma escolarização básica de qualidade para que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional da EJA tenham uma boa qualidade de vida. Para tanto, “buscar qualidade de vida implica um processo de convencimento das pessoas não escolarizadas de que faz sentido a luta pelo acesso ao conhecimento” (MACHADO, 2009, p. 34).

Conseqüentemente, pode-se dizer que o sistema educacional é movido por escolhas vinculadas às questões sócio-políticas na qual os sujeitos buscam adequar-se a esse processo de transformação. Logo, a modalidade de ensino da EJA “não pode ser exclusivista, mas, sim, precisa pautar-se pela busca de uma formação aberta à diversidade, contemplando, dessa forma, as diferentes dimensões e possibilidades do humano” (BARCELOS, 2012, p. 26).

Diante dessas colocações, é possível ressaltar que as práticas curriculares da EJA têm a função de remeter o jovem e o adulto a se perceber como protagonista no meio social no qual estão inseridos. Por este motivo, os currículos pensados para essa modalidade teriam que considerar “os conhecimentos e capacidades que os fortaleçam como coletivo, que os torne menos vulneráveis, nas relações de poder” (ARROYO, 2007, p.10).

Ao refletir sobre as práticas curriculares e o currículo deve-se considerar que há uma diversidade de saberes que as norteiam, saberes que correspondem a uma



seleção de conteúdos que normatizam a didática do professor. A partir desse viés, o currículo representa uma proposta de organização dos segmentos dos conteúdos com o intuito de articular as ações pedagógicas. Portanto, pode-se dizer que “o currículo é constituído de um conjunto de componentes” (BARCELOS 2012, p.32), que devem ser articulados de forma a pensar nas concepções de educação e mundo.

No entanto, a BNCC em sua organização não considera as particularidades desses jovens uma vez que só na introdução menciona a diversidade, sendo que atualmente fazem parte de uma significativa realidade nas escolas brasileiras. Esses alunos em sua maioria tem uma realidade desigual por não conseguirem acompanhar os conteúdos das disciplinas no ensino fundamental regular, e ao excederem a idade de 15 anos passam a ser designados com perfil para a modalidade da EJA, que é diferentemente regulamentada nos mais diversos níveis do país com critérios próprios.

Porém, embora com respaldo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96⁴) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000)⁵,

⁴ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) que, trata da educação de jovens e adultos no Título V, capítulo II como modalidade da educação básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental. Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. Parágrafo 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Artigo 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Parágrafo 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II –no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. Parágrafo 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

⁵ Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) - devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino, estabelece que: - Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e



enquanto a nova BNCC não define um programa diferenciado de currículo incluindo apenas aqueles dados referentes ao regular subentende-se que esta modalidade da educação de jovens e adultos deva seguir os mesmos propósitos e aí que levantamos a questão: Se a maioria dos alunos já frequentaram as classes comuns, e não conseguiram bom desempenho e por não acompanharem e terem seus direitos resguardados foi lhes oferecida nova oportunidade de aprendizagem, que tipo de currículo poderia ser repensado a partir da perspectiva de que esses alunos tenham de fato uma aprendizagem significativa? Na próxima categoria vislumbramos algumas alternativas possíveis.

5. Repensando em alternativas que possam contribuir com a atualidade da EJA

A partir da problematização proposta nesse artigo e ao analisar os documentos, observamos que a EJA carece de uma abordagem mais reflexiva e emancipadora a partir de uma concepção histórico dialética. Essa abordagem poderia permitir uma aprendizagem que tivesse maior significação e sentido aos alunos da EJA. Dessa forma, sentir as necessidades, as preferências, as habilidades e desejos dos jovens e adultos e combinando com questões afetivas e humanas de seu cotidiano é fundamental uma educação emancipatória para todos.

Esta premissa deveria estar assegurada na BNCC, por meio do direito aos princípios de equidade, definindo de forma clara os componentes curriculares de modelo mais apropriado a uma classe adulta, aproveitando suas experiências de trabalhos para relacionar com as teorias expostas na sala, colocando-os numa situação clara de sentido dos conteúdos e experiências em forma de vivências. Como proposta de Vigostky (1956) nos cadernos de Veresk (2014, p.17):

proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio...



[...] a vivência leva ao desenvolvimento da personalidade; é o fator e, ao mesmo tempo a condição interna de uma neoformação⁶. [...] Quanto mais nova for a criança observada, mais indiferenciadas e menos conscientes serão suas vivências. Uma pessoa adulta é capaz de tomar consciência de uma ampla parte do seu mundo interno, mas o alto nível de diferenciação das vivências torna essa tarefa complexa.

Segundo os cadernos de Veresk (2014) referente aos escritos de Vigotski (1956): “[...] a ação voluntária consciente da criança, mediada pela linguagem⁷ e [...] processos psíquicos complexos, não como resultado do desenvolvimento biológico, mas sim como resultado das formas sociais da atividade humana”. (LÚRIA, 1986, p.95). Acreditamos que a linguagem, a cultura e o meio na perspectiva histórico-cultural dialética, transforma o sujeito e a realidade onde vive porque a linguagem e a interação social é o que nos difere também de outros seres vivos e nos permite melhor compreender o psiquismo humano.

O que se observou nos documentos analisados foi a ausência de dados para a formulação específica relativa a diversidade exigida pela EJA. O que é proposto para as series regulares do ensino fundamental, não atendem a Educação de Jovens e Adultos. Na nova Base Nacional Curricular Comum, a EJA é tratada da mesma forma que toda a educação fundamental, inserida na educação básica. Essa modalidade é mencionada apenas nas leis gerais como a LDB e Diretrizes Curriculares Nacionais. Essas Leis foram mencionadas no corpo do documento da própria BNCC, conforme Brasil (2017, p. 07):

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

⁶ Neoformações vivências que formam uma síntese. (grifo nosso).

⁷ Linguagem tem como função ser o meio ou instrumento de regulação da conduta humana. (pág. 96). LURIA, Alexander Romanovich – **Pensamento e linguagem**: As últimas conferências de Lúria./Alexander Romanovich Lúria; tradução [de] Diana Miriam Lichtenstein [e] Mário Corso; supervisão de tradução de Sérgio Spritzer. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.



Desta forma, aplica-se sem nenhuma especificidade exclusiva, são leis gerais pensadas para todos, referimo-nos que considerar “uma sociedade mais justa” como o direito mencionado acima é também fazer valer especificidades e vivências necessárias ao mundo do adulto ainda iletrado para dar-lhe maior sentido e até motivação de voltar a estudar conteúdos por eles já vistos em outros anos. Revisitando assim, em alguns aspectos da aprendizagem para alguém de sua idade cronológica de maneira a unir suas condições de experiências da vida adulta, com as teorias apreendidas para vivenciar de maneira interiorizada a construção de seu conhecimento numa lógica a qual escolha o que de fato lhe interesse para estudar.

6. Conclusão

A partir dos resultados desta investigação, cujo objetivo consistiu em refletir sobre a EJA na BNCC, a nossa premissa é insistir na necessidade de um currículo adequado à realidade da EJA. É uma perspectiva defendida não apenas pela via dos direitos que lhe são conferidos, mas também baseada nas condições que levem os alunos a buscarem sentidos e significados no seu apreender em consonância com as vivências por eles experimentadas nos mais diversos contextos históricos e nas suas relações enquanto cidadãos com direitos e deveres respeitados.

No Brasil, a EJA foi promulgada a partir da Constituição Federal e da LDB, reconhecida como direito perante a lei. É preciso fazer valer esses direitos e, na prática, promover a organização dos currículos e dos espaços escolares de modo a atender adequadamente esses estudantes.

A elaboração de um currículo que garanta o acesso e permanência dos alunos da EJA não pode submetê-los à conteúdos que esses alunos já tiveram nas salas regulares, tão pouco, serem dados da mesma forma que no ensino regular. A EJA necessita de um olhar diferenciado no sentido de considerar as singularidades de cada estudante, respeitando a subjetividade e a constituição de sua fase de



desenvolvimento adulto, garantindo a qualidade de educação para esse perfil de estudante.

Observamos que a BNCC não contempla as especificidades da EJA. Os estudantes que a frequentam são jovens e adultos que em sua maioria trabalham em setores produtivos e por terem necessidades econômicas e sociais frágeis, trazendo marcas frustradas de passar pelos bancos escolares com menor aproveitamento de aprendizagem pelos inúmeros fatores que o fizeram desistir. A chance de um recomeço precisa estar revestida de novos potenciais e desafios que os façam sentir e dar sentidos ao universo escolar. São estudantes que carecem de diálogos, acesso a literatura e conteúdos necessários e desenvolvimento de senso crítico, reflexões a cada aprendizado para poder subjetivar-se e constituir-se como indivíduo independente no exercício de sua autonomia. Portanto, vimos com este texto trazer um alerta para que os sistemas de ensino deem mais atenção à essa modalidade de ensino para que todos tenham o direito à educação.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **O que é um estudo de caso qualitativo em Educação?** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

ARROYO, Miguel. **Balanco da EJA:** o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares. REVEJ@-Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, n. 0, 2007. Disponível em: <http://mariaellytcc.pbworks.com/f/REVEJ@_0_MiguelArroyo.pdf>. Acesso em: 7 de maio de 2019.

BALL, Stephen J. **NOVOS ESTADOS, NOVA GOVERNANÇA E NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL** – In: APPLE, Michael W., BALL, Stephen J., GANDIN, Luís Armando. *Sociologia da Educação*. Penso, 01/2013.

BARCELOS, Valdo. **Educação de Jovens e Adultos:** currículos e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB;



DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&iew=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013.pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL, PORTAL DO MEC: Ministério da Educação; **Brasília**: MEC; SEB;

DICEI, 2017. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>.

Acesso em: 10 de abril 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa / (Coleção Leitura) 25ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LURIA, Alexander Romanovich – **PENSAMENTO E LINGUAGEM**: As últimas conferências de Lúria./Alexander Romanovich Lúria; tradução [de] Diana Miriam Lichtenstein [e] Mário Corso; supervisão de tradução de Sérgio Spritzer. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

MACHADO, Maria Margarida. **A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96**: a possibilidade de constituir-se como política pública. Em Aberto, v. 22, n. 82, 2009. Disponível em:

<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2240/2207>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos**. 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n23/n23a11.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

MOREIRA, Antonio Flávio; DA SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, cultura e sociedade**. Cortez Editora, 2011. 36 p.

MORGADO, José Carlos. **PROJECTO CURRICULAR E AUTONOMIA DA ESCOLA: POSSIBILIDADES E CONSTRANGIMENTOS**. Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educación, Nº 8 (volume 10) Ano 7º-2003 ISSN: 1138-2663.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação Básica: Gestão do trabalho e da pobreza**/ Dalila Andrade Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O CURRÍCULO**: Uma Reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F..da F. Rosa – 3ª edição – Porto Alegre: ArtMed, 1998.

VIGOTSKY, L. S. - **VERESK-CADERNOS ACADÊMICOS INTERNACIONAIS**: Estudos sobre a perspectiva histórico-cultural de VIGOTSKY (1956)– Brasília: UniCEUB, 2014.